

“O mundo está ficando tão chato... não se pode mais falar nada!”: um ensaio autoetnográfico sobre os “mimimis” que insistem em incomodar a formação médica

“The world is getting so boring... we can’t say anything anymore!”: an autoethnographic essay about the “mimimis” that insist on bothering medical training

“El mundo se está volviendo tan aburrido... ¡ya no podemos decir nada!”: un ensayo autoetnográfico sobre los “mimimis” que insisten en molestar a la educación médica

Gustavo Antonio Raimondi^(a)

<gustavo_ramondi@ufu.br> 

^(a) Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia. Avenida Pará, 1720, Bloco 2U, sala 8, *campus* Umuarama, bairro Umuarama. Uberlândia, MG, Brasil. 38400-902.

Talvez, em vários momentos de sua vida, você não tenha se questionado sobre sua sexualidade e a forma como ela pode interagir com discursos de dominação e estigmatização, bem como com outras interseccionalidades como raça/etnicidade e gênero. Nossos corpos parecem ter uma ordem biológica predefinida antes da cultura, mas esquecemos que todos os processos são culturalmente construídos. Mas de que ordem estamos falando? Quem elaborou e continua reiterando essa norma? Eu? Você? Sem buscar responder de imediato a essas perguntas, este texto autoetnográfico¹ no formato de debate ao artigo intitulado “Estamos preparando os futuros médicos para atendimentos de situações de violência relacionada a gênero e a sexualidades não heterossexuais? Relato de uma ‘experiência’ educacional diagnóstica”² convida você a pensar qual proposta societária estamos dispostos a construir.

2011. Internato, ou Estágio Obrigatório Supervisionado em Regime de Internato do curso de Medicina, na área de Clínica Médica. Estágio de Moléstias Infecciosas (MI). Durante as várias atividades de corrida de leito e discussões de casos clínicos de pacientes internados na

enfermaria de MI, fui ensinado a “aprimorar o raciocínio clínico” em relação a casos envolvendo doenças infectoparasitárias. Em mais um dia corriqueiro desse processo, os risos ecoavam da “sala dos médicos”. Ao me aproximar, a “piada” estava relacionada à forma mais rápida de saber se uma pessoa era *gay*. Obviamente, eu, enquanto um homem cisgênero branco e *gay*, recuo com medo de ser revelado³. Entro. A resposta à “piada” ou ao “raciocínio clínico” de um caso da enfermaria estava diretamente, para aqueles (em sua maioria, homens cis, brancos e heterossexuais) que riam, escancarada no resultado de um exame de urina. “Só pode ser *gay*, porque quem tem bactérias intestinais neste exame é quem faz sexo anal”. “Risos”, novamente. Para mim, mais um alerta⁴. Meu medo: sofrer violência e/ou, como um amigo meu depois traduziu, morte social^{5(b)}.

A manifestação da branquitude garante privilégios aos brancos e expõe a sua neutralidade frente a situações de conflito étnico-racial. Ser branco é ser referência universal da normalidade humana⁶. (p. 153)

Ao ouvir essa enunciação de um professor nacionalmente conhecido como um “bambambã” da área de Infectologia, a dúvida sobre a sexualidade de uma pessoa deixa de existir a depender do resultado de um exame. A revelação do ser *gay* é também pejorativa⁵. Como você aprendeu sobre sexo, sexualidade e gênero?

Para muitos homens brancos e cisgêneros, sexo se ensina e se aprende, em sua maioria, no “puteiro”. É o “ritual de iniciação” de muitos homens. Para meus primos mais velhos, sexo se ensina e se aprende, em sua maioria, em materiais pornográficos. Como um objeto, reitera-se a perspectiva hegemônica do machismo sob a mulher por meio desse “ensino de sexualidade”^{7,8}.

E qual a relação disso tudo com o que vivenciei em minha formação médica? A reiteração do desvio da “norma”⁹. “Norma” hegemônica que, de forma histórica e cultural, é reiterada por homens, brancos, cisgêneros e heterossexuais, em sua maioria. Reproduzindo uma lógica colonial de dominação^{10,11}, meu professor ensinava a mim e aos meus colegas a reproduzir em nossa prática uma conduta considerada “profissionalmente adequada”¹². Ao manter outras possibilidades existenciais no local do cômico ou reiterar a posição cômoda do “eu não aprendi nada disso”¹³, reitera-se a violência, na qual a LGBTQIA+fobia apresenta-se como uma expressão da guardiã das fronteiras da sexualidade hegemônica⁵.

A noção de homofobia [...] articula uma forma geral de hostilidade a comportamentos desviantes dos papéis sociosexuais preestabelecidos⁵. (p. 21)

2022. Reunião remota de um grupo de docentes da universidade. Espero as demais pessoas entrarem para começarmos a reunião. Um colega ao meu lado comenta:

— Gustavo, você ficou sabendo daquele professor?

— Não. O que houve?

— Ele disse para um grupo de residentes [homens, em sua maioria]: “O mundo está ficando tão chato... não se pode falar mais nada!”

^(b) Mas em que momento esta cultura cis heterossexual hegemônica reiterou a minha vida, a minha existência *gay* como legítima? Mas não se esqueça: eu sou branco e esta cultura hegemônica é brancocêntrica, então também pergunto: qual o papel da minha e talvez da sua branquitude na manutenção (ou não manutenção) dos poderes hegemônicos? Será que só se questiona essa hegemonia quando “perde-se” alguns de seus elementos ou insígnias de pertencimento?



— Hum?! Como assim?

— Ele disse que as residentes [mulheres cisgêneras brancas, em sua maioria] da Ginecologia e Obstetrícia ficam questionando a conduta dele. Falaram sobre a forma que ele trata as pacientes, mas ele disse: “Como se eu tratasse mal as mulheres, eu amo elas”, e complementou: “Tudo é mimimi!”.

[...]

“Alô? Vocês me ouvem? Acho que sim, não é mesmo?! Vamos começar a reunião então...”

Não é possível pensar uma verdadeira equidade de gênero diante de um cenário de violação de todo tipo de direitos das mulheres [...], acreditamos que nos afastamos ainda mais do fim de uma opressão de gênero e raça quando insistimos em “direitos” de uma mulher universal. No que se refere às mulheres negras, há no mínimo uma interseção de dois eixos: raça e gênero¹⁴. (p. 4916)

2023. Segundo Rosângela Malachias⁶, compreende-se que o termo “mimimi” é utilizado por determinadas pessoas pertencentes, normalmente, a grupos hegemônicos para se referir a outros sujeitos que “choramingam” e se “vitimizam” por problematizarem as desigualdades e vulnerabilidades étnico-raciais e de gênero. Ao relembrar as lágrimas derramadas em minha existência diante dos vários hematomas sofridos por ser um homem *gay* (ainda que cisgênero e branco), não consigo ignorar a dor que vivenciei e vivencio ao ouvir o termo “mimimi”. É inadmissível assumir a posição cômoda da neutralidade e acreditar que está “tudo certo” em falas, discursos e ações que reiteram um poder hegemônico sobre os corpos. Cruz *et al.*² nos convidam a pensar uma “política de formação institucionalizada” que, a meu ver, representa o estudo e a prática sistemática e interseccional dos direitos humanos, os quais podem compor um conjunto de políticas públicas compensatórias e/ou de reparação⁶. Nesse sentido, precisamos questionar o “sujeito universal” (homem branco, cisgênero e heterossexual) de nossas práticas, a fim de rompermos com a dualidade que estabelece um “padrão” e um “não padrão”¹⁵. É preciso refletir sobre qual sociedade queremos construir. Se compreendemos que é necessário ampliar as possibilidades existenciais a partir da lógica do respeito à diversidade e direito à vida, com base interseccional, temos que nomear as múltiplas violências que vivenciamos e/ou reproduzimos em nossa sociedade para assim transformarmos a nossa existência. É necessário sentirmos o desconforto e o incômodo para pensarmos em uma educação transgressora¹⁶ que tenha empatia e compaixão, como citadas por Cruz *et al.*².

A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração e que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática de liberdade¹⁶. (p. 273)

Conflito de interesse

O autor não tem conflito de interesse a declarar.

Direitos autorais

Este artigo está licenciado sob a Licença Internacional Creative Commons 4.0, tipo BY (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR).



Editor

Antonio Pithon Cyrino

Editor associado

Sérgio Resende Carvalho

Submetido em

25/01/23

Aprovado em

27/02/23

Referências

1. Raimondi GA, Moreira C, Brillhante AV, Barros NF. A autoetnografia performática e a pesquisa qualitativa na Saúde Coletiva: (des)encontros método+lógicos. *Cad Saude Publica*. 2020; 36(12):e00095320. doi: 10.1590/0102-311X00095320.
2. Cruz BA, Querichelli AFQ, Uback L. Estamos preparando os futuros médicos para atendimentos de situações de violência com enfoque em gênero e em sexualidades não heterossexuais? Relato de uma “experiência” educacional diagnóstica. *Interface (Botucatu)*. 2023; 27:e220630. doi: 10.1590/interface.220630.
3. Sedgwick EK. A epistemologia do armário. *Cad PAGU*. 2007; (28):19-54. doi: 10.1590/S0104-83332007000100003.
4. Raimondi GA, Teixeira FB, Moreira C, Barros NF. Corpos (não) controlados: efeitos dos discursos sobre sexualidades em uma escola médica brasileira. *Rev Bras Educ Med*. 2019; 43(3):16-26. doi: 10.1590/1981-52712015v43n3RB20180142.
5. Borrillo D. A homofobia. In: Lionço T, Diniz D, organizadoras. *Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: LetrasLivres, EdUnB; 2009. p. 15-46.
6. Malachias R. “Mimimi”? Não! Desigualdades, vulnerabilidades, corpo e comunicação. In: Prata N, Pessoa SC, organizadoras. *Desigualdades, gêneros e comunicação*. São Paulo: Intercom; 2019. p. 147-59.
7. Butler J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2016.
8. Preciado PB. *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era formacopornográfica*. Ribeiro MPG, tradutora. São Paulo: N-1 Edições; 2018.
9. Foucault M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal; 2005.



10. Pereira PPG. Queer decolonial: quando as teorias viajam. *Contemp Rev Sociol UFSCar*. 2015; 5(2):411-37.
11. Quijano A. Sobre la colonialidad del poder. 2013; 1(8):1-5. doi: 10.32870/cl.v0i8.2792.
12. Raimondi GA, Moreira C, Barros NF. *Corpos que (não) importam para a prática médica: uma autoetnografia performática sobre o corpo gay na escola médica*. Campinas: Ed. Pontes; 2022.
13. Paulino DB, Rasera EF, Teixeira FB. Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas (os) da Estratégia Saúde da Família. *Interface (Botucatu)*. 2019; 23:e180279. doi: 10.1590/Interface.180279.
14. Lima KD, Pimentel C, Lyra TM. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. *Cienc Saude Colet*. 2021; 26 Suppl 3:4909-18. doi: 10.1590/1413-812320212611.3.24242019.
15. Jesus JG. Operadores do direito no atendimento às pessoas trans. *Rev Direito Práxis*. 2016; 7(15):537-56. doi: 10.12957/dep.2016.25377.
16. Hooks B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes; 2013.